

LUIZ GERALDO MAZZA

Relação forte

O meu convívio com esta FOLHA é de 1970, época em que tinha dificuldades para trabalhar em jornal em função de ser atingido desde 1964 pelo Ato Institucional. Devo a João Milanez a ruptura dos bloqueios que animou Cunha Pereira, da RPC, a me convidar para um programa de esporte e, na sequência, me levar à condição de editor do jornalismo do Canal 12. De 70 a 80 escrevi a coluna “Curitiba Especial” e retornei em 1992 e até agora aí permaneço.

Dá para captar o quanto de emoção eu guardo por esse engajamento num jornal que mantém um dos maiores níveis de liberdade entre os mais de 20 em que trabalhei, inclusive na “Folha de S.Paulo”, onde escrevi, durante quase dois anos, semanalmente na coluna da página dois, reservada ao Paraná e que tinha como destaque Claudio Abramo a encabeçá-la. Ontem, no meio das celebrações dos noventa anos, dentre as quais aquele destaque de capa foi motivo para lembrar tanta coisa afirmativa nessa relação densamente profissional e afetiva.

Origem laboratorial

A missão que estuda a origem da pandemia da OMS entende como improvável que tenha ocorrido um descuido laboratorial. E isso me fez lembrar de uma ocorrência aqui no Paraná no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, origem do atual Tecpar, num dos segmentos um pesquisador soltou pelo ralo caramujos transmissores da esquistossomose com vida e que acabaram levados para um braço de rio e houve uma luta imensa para eliminar esses focos, inclusive se apurando que a solução empregada concentrava mais cálcio nas carapaças e não eliminava o tapius glabratus.

Aulas

Há insegurança na questão do retorno das aulas presenciais ou híbridas e o exemplo é o da decisão do TJ ao suspender a volta às aulas em Londrina. Já a APP-Sindicato chegou a colocar especialistas (Jesem Orellana e Lucas Ferrante, que operam na Amazônia) nas redes sociais para falar sobre os riscos das aulas em meio ao quadro pandêmico. Também pais e mães num encontro virtual manifesta-

ram preocupação e até apoio a eventual greve.

Doença infantil

O ministro Edson Fachin, derrotado na questão do acesso de Lula às conversas entre Moro e os procuradores (4 a 1), valeu-se de metáfora clássica para um ensaio de autocritica sobre a operação, chamando os transbordamentos inegavelmente havidos de “doença infantil do lavajatismo”, como tratadistas da esquerda mundial denominaram suas deformações como “doença infantil do socialismo”. Criticou o autoritarismo, a militarização, a intimidação dos poderes e disse que a Lava Jato chegou ao andar de cima e que a operação não só não acabou como teria “mal começado”. O fato é que a naturalização da corrupção, como se fosse tempero da nossa forma de praticar a democracia, carece de outras etapas de combate.

Desmatamento

O vice Hamilton Mourão anunciou ações contra o desmate na Amazônia e agora só falta Jair Bolsonaro tirá-lo do conselho amazônico da mesma forma que o afastou da reunião ministerial.

Folclore

Estava pronto um “jaboti” para o auxílio emergencial no retorno da CPMF. Nosso caráter é fogo.

politica@folhadelondrina.com.br

CCJ da Assembleia aprova educação como atividade essencial no Paraná

Proposta avança, mas deputados e prefeitos divergem sobre aplicabilidade da lei

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO

Registros de preços para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Coletor de broncoscopia, filtro umidificador eletrostático e materiais para vias aéreas difíceis. Valor máximo total estimado: R\$ 207.741,95. **Recebimento das propostas:** Das 8h do dia 11/02/21 até às 9h do dia 26/02/21. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 26/02/21, 9h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Produtos de papel para fins sanitários – papel toalha e papel higiênico. Valor máximo total estimado: R\$ 519.353,76. **Recebimento das propostas:** Das 8h do dia 11/02/21 até às 9h do dia 26/02/21. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 26/02/21, 9h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Embalagens para a Unitarizadora Opuspac. Valor máximo total estimado: R\$ 588.889,01. **Recebimento das propostas:** Das 8h do dia 11/02/21 até às 9h do dia 02/03/21. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 02/03/21, 9h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Equipamentos para atender as necessidades do setor de ressonância. Valor máximo total estimado: R\$ 699.309,29. **Recebimento das propostas:** Das 8h do dia 11/02/21 até às 9h do dia 09/03/21. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 09/03/21, 9h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Material médico. Valor máximo total estimado: R\$ 435.897,66. **Recebimento das propostas:** Das 8h do dia 11/02/21 até às 9h do dia 11/03/21. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 11/03/21, 9h. Os editais e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397/3321-5125/3321-5485, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. nº 2452, de 07/01/04. **EXTRATO DE SUSPENSÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 – HUOP/UNIOESTE.** **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos diversos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP. O certame está suspenso para adequações. Tão logo as adequações sejam finalizadas o edital será republicado com nova data de abertura. Cascavel, 10/02/21.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

AVISO N.º 18/2021

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2020-DER/DOP/SRNORTE

N.º no GMS 19/2021

OBJETO: Aquisição de 500 m³ de rachão para atender o Escritório Regional Vale do Ivaí, em Apucarana, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

VALOR MÁXIMO: R\$ 26.300,00

Lote único exclusivo ME/EPP

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 25/02/2021 às 14h no site do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br). ID nº 856397.

INÍCIO DA DISPUTA: 25 de fevereiro de 2021 às 14h30min.

AUTORIZAÇÃO: Fernando Furiatti Saboia, Diretor-Geral do DER/PR, em 15/12/2020.

N.º DO PROCESSO: 17.123.856-0

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: Os interessados poderão efetuar o “download” do Edital acessando o sistema licitações-e do Banco Brasil (www.licitacoes-e.com.br), ou acessando o portal da Internet denominado Compras Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), e/ou Comissão de Licitações da SRNorte do DER/PR, sito à Rua Uruguai nº 943, na cidade de Londrina-PR, telefone (43) 3373-4900.

Londrina, 09/02/2021

Ana Cristina Cintra de Andrade Silvestre

PREGOEIRA – DER/SRNORTE

Guilherme Marconi

Reportagem Local

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná aprovou, em sessão realizada nesta quarta-feira (10), o parecer favorável ao projeto de lei 04/2021, de autoria da gestão Ratinho Junior (PSD), que estabelece as atividades educacionais como essenciais em todo o Estado.

Na apresentação do seu parecer na sessão da CCJ de terça-feira (09), o deputado estadual Tiago Amaral (PSB) destacou que o governo tem legitimidade para solicitar que a Assembleia discuta a essencialidade da educação. “Tecnicamente, o projeto de lei é constitucional. Se o chefe do Executivo pode agir por um decreto - que é infralegal, ou seja, tem menos força que a lei -, por que ele não poderá usar a legislação para garantir a essencialidade de um serviço de educação?”, questionou.

Perguntado sobre o efeito imediato da lei para garantir o retorno dos estudantes às aulas presenciais, Amaral explicou que quando há conflito normativo entre o decreto e a legislação caberá ao Judiciário resolver essa queda de

braço, assim como tem ocorrido em relação à volta às aulas em Londrina.

O deputado estadual disse acreditar que há sim efeito prático no projeto de lei proposto pelo governo para retorno dos estudantes para salas de aula. “Eu não lembro das prefeituras irem no caminho contrário de fechar as atividades de transportes e saúde, até a construção civil, que foram declaradas pelo governo federal por decreto como essenciais. Se acima do decreto há uma lei dizendo que a educação é essencial, ela está sim valendo.”

Em Londrina, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei semelhante, entretanto o prefeito Marcelo Belinati (PP) declarou que a medida não tem efeito prático algum e que continuaria tudo como está. “Seja pelo projeto ser inconstitucional, seja pelo que o próprio projeto prevê de um prazo de 3 meses para regulamentação das atividades,” disse.

Já segundo o texto do projeto do Estado, as restrições ao direito de exercício dessas atividades, determinadas pelo Poder Público, deverão ser precedidas de decisão administrativa do chefe do Executivo, que irá regulamentá-

lo indicando a extensão, os motivos, critérios técnicos e científicos.

Na CCJ da Assembleia, o deputado Tadeu Veneri (PT) encaminhou parecer contrário em separado, mas foi voto vencido. Ele disse enxergar risco com retorno às aulas e também classificou a medida de inconstitucional. “Ao transformar a educação em serviço essencial, o que se pretende fazer não é que ele seja essencial, mas definitivo, como a segurança pública ou o transporte coletivo. Esta é uma forma de burlar aquilo que a legislação federal determina”, argumentou.

TRAMITAÇÃO

Após aprovada pela CCJ, a matéria que tramita em regime de urgência foi analisada pela Comissão de Educação também nesta quarta, onde recebeu parecer favorável da deputada Maria Victoria (PP), seguido de um pedido de vista formulado pelo deputado Professor Lemos (PT). Com isso, o projeto volta a ser discutido pela Comissão na segunda-feira (15). Após nova apreciação na Comissão de Educação, a matéria segue para ser analisada pelos deputados no Plenário em primeiro turno.

pressreader

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PressReader.com +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW